

ECONOMIA EM DIA

Edição especial - Perspectivas 2026

PARANÁ



G O V E R N O D O E S T A D O
SECRETARIA DA FAZENDA

Ficha Técnica

Secretário de Estado da Fazenda do Paraná

Norberto Anacleto Ortigara

Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Paraná

Luiz Paulo Budal Pedroso de Almeida

Assessoria Técnica de Economia

Eduardo Fernandes Paim Filho

Juliano Farias dos Santos

Luana Carla Falcão Rebouças da Fonseca

Mateus Ramalho Ribeiro da Fonseca

Matheus Ganzala Nunes Teixeira

Melissa Valeria Bassani

Rafael Fiorott Oliveira

Perspectivas Econômicas para 2026

Tempo de leitura entre 20 e 25 minutos.

Cenário Global – Juliano Farias dos Santos

Cenário Brasil – Luana Carla Falcão Rebouças da Fonseca

Cenário Paraná – Eduardo Fernandes Paim Filho e Mateus Ramalho Ribeiro da Fonseca

Cenário Global

A geopolítica no período pós-pandemia tem influenciado de forma profunda o funcionamento das relações comerciais entre países, com desdobramentos relevantes tanto para economias avançadas quanto emergentes. A invasão da Ucrânia pela Rússia propagou pressões inflacionárias em escala global, sobretudo por meio da elevação dos preços de combustíveis e energia, ao mesmo tempo em que reacendeu preocupações na Europa quanto à segurança e à estabilidade do continente, evidenciando o impacto direto de choques geopolíticos sobre o desempenho econômico.

Nesse contexto, a ascensão de Donald Trump, pela segunda vez, à Casa Branca representa um novo vetor de incerteza e tem remodelado as relações econômicas globais, introduzindo paradigmas diplomáticos. Países com parcerias comerciais de longa data passaram a renegociar seus vínculos mercantis sob a sombra de pressões tarifárias, frequentemente à margem dos mecanismos multilaterais da Organização Mundial do Comércio.

O cenário geopolítico atual, portanto, combina fatores já observados nos últimos anos com elementos que ampliam seu grau de complexidade. A consultoria de risco Eurasia aponta que, em 2026, o principal risco geopolítico reside em uma possível ruptura institucional dos Estados Unidos com o restante do mundo. Do ponto de vista econômico, o risco central é a reconfiguração dos fluxos comerciais com base em alinhamentos políticos e estratégicos, em detrimento da lógica tradicional de eficiência produtiva, o que tende a gerar distorções, perda de previsibilidade e menor crescimento potencial.

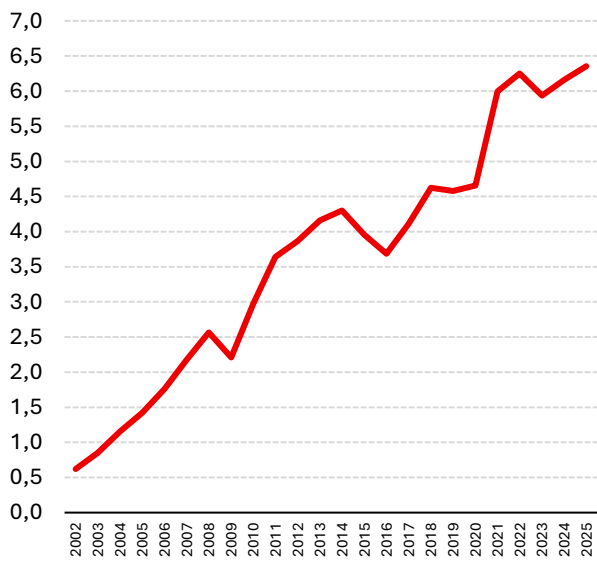
Quadro 1 - Comparação entre os principais riscos geopolíticos em 2025 e 2026.

Dimensão	Top Risks 2025	Top Risks 2026
Risco central	Fragmentação geopolítica e multipolaridade desordenada	Ruptura institucional e política nos EUA
Capacidade de coordenação global	Enfraquecida, porém ainda possível em crises	Severamente comprometida; ausência de liderança confiável
Economia global	Desaceleração cíclica, juros elevados e ajustes macroeconômicos	Risco estrutural: politização econômica, distorções e menor crescimento potencial
Comércio internacional	Pressionado por conflitos e rivalidades	Ameaçado por decisões unilaterais, tarifas e fragmentação regulatória
Risco financeiro	Associado a juros altos e dívida	Associado à perda de previsibilidade institucional e regulatória
Horizonte do risco	Curto a médio prazo, com possibilidade de mitigação	Médio a longo prazo, com efeitos persistentes

Fonte: Eurasia, Top risks 2025, Top risks 2026.

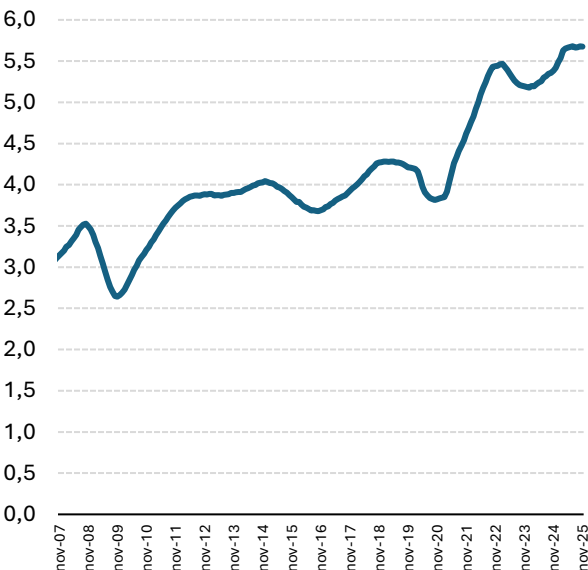
Contudo, em 2025, o comércio global não apresentou deterioração significativa em termos de volume de transações. A China, maior exportadora do mundo, registrou uma corrente de comércio de US\$ 6,6 trilhões, com crescimento de 3,2% em relação ao ano anterior. Já os Estados Unidos alcançaram uma corrente comercial de US\$ 5,7 trilhões nos 12 meses acumulados até novembro de 2025, aumento de 5,1% frente ao período imediatamente anterior. Esses resultados indicam que, apesar do ambiente geopolítico adverso e das fricções comerciais, as duas maiores economias do mundo mantiveram desempenho favorável no comércio internacional.

Gráfico 2 - Corrente de Comércio da China, em US\$ trilhões no ano



Fonte: Bureau of Labor Statistics Of China.

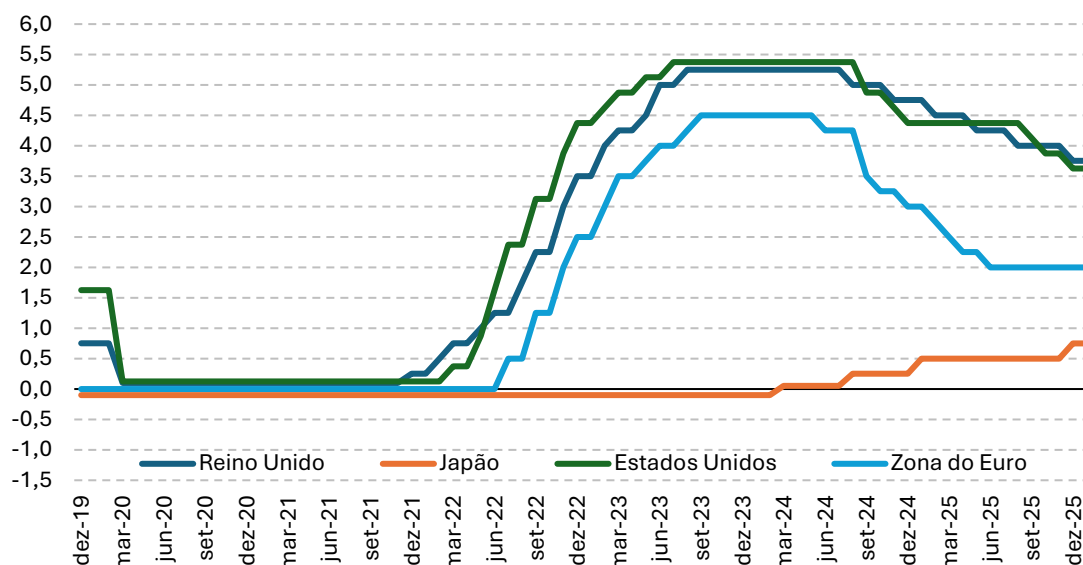
Gráfico 1 - Corrente de Comércio dos EUA, em US\$ trilhões no ano



Fonte: USA Trade Census.

Os efeitos das tarifas se manifestaram mais no rearranjo das alianças comerciais do que nos fluxos de mercadorias em 2025. A União Europeia avançou na celebração de acordos de livre comércio e cooperação com o Mercosul e com a Índia, respectivamente, como estratégia de diversificação de parcerias em um contexto de elevada incerteza nas relações com os Estados Unidos. Embora o comércio internacional venha se reconfigurando, esse processo tende a ocorrer com custos de transição, podendo reacender pressões inflacionárias em determinadas economias inclusive, paradoxalmente, nos Estados Unidos.

Gráfico 3 - Taxas de Juros, economias selecionadas, em % no ano.



Fonte: Bank for International Settlements.

A consequência prática é a interrupção do processo de redução das taxas de juros, em curso desde meados de 2024. O Federal Reserve tem sinalizado em seus últimos comunicados que o processo de redução da taxa de juros nos Estados Unidos pode estar comprometido, uma vez que os preços permanecem sistematicamente acima da meta daquele país, de 2,0%. A manutenção da taxa de juros em nível elevado para os padrões dos países avançados poderá consistir em relevante constrição para o avanço dos investimentos nesses países, com arrefecimento das demandas por *commodities*, sobretudo aquelas relacionadas a construção civil.

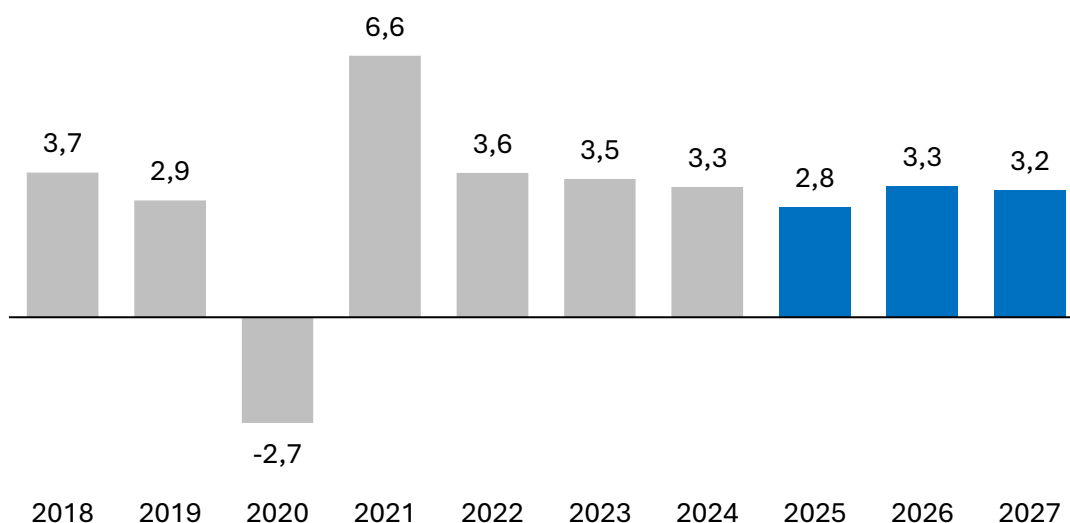
Gráfico 4 - Índice de Preços ao Consumidor, Estados Unidos



Fonte: Bureau Of Labor Statistics.

Mesmo em um contexto de elevada incerteza política, comercial e monetária, o crescimento da economia global deverá se manter relativamente estável. De acordo com o FMI, o PIB mundial deve avançar 3,3% em 2026 e 3,2% em 2027, projeções semelhantes às divulgadas no World Economic Outlook de outubro de 2025. Essa resiliência reflete o equilíbrio entre forças divergentes: de um lado, os ventos contrários impostos por tensões geopolíticas e políticas comerciais mais restritivas; de outro, o impulso gerado por investimentos em tecnologia e inteligência artificial, sobretudo na América do Norte e na Ásia.

Gráfico 5 - PIB Global, variação real em relação ao ano anterior.



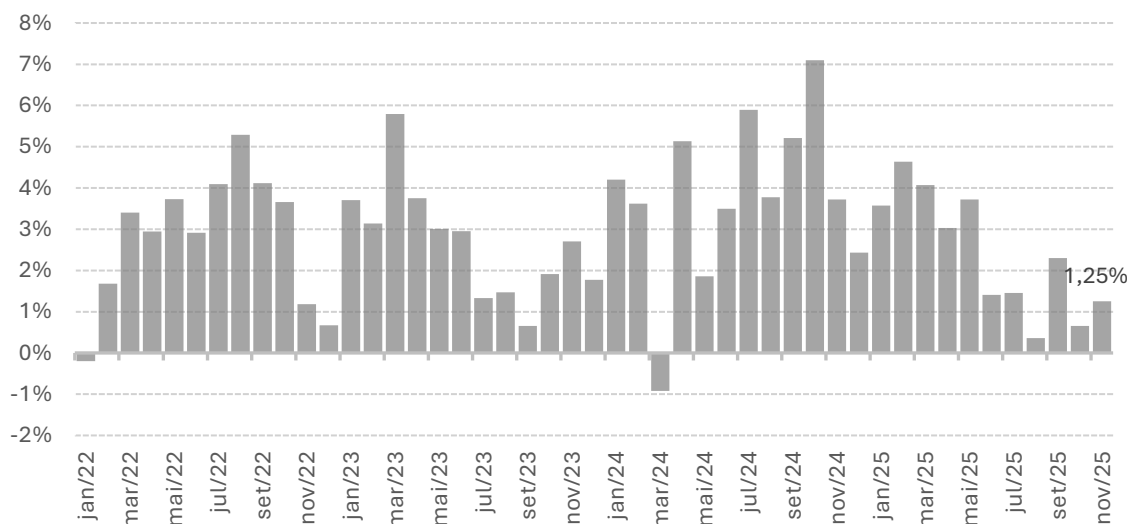
Fonte: FMI.

Esse quadro sugere que as relações econômicas globais tendem a se transformar em um ritmo mais gradual do que o observado no campo geopolítico. No caso brasileiro, embora parte relevante das tarifas impostas ao país tenha sido revertida, setores específicos — como o madeireiro — ainda enfrentam desafios relevantes, evidenciando que, mesmo em um cenário macroeconômico favorável, ações unilaterais de alguns países podem gerar impactos setoriais significativos.

Cenário Brasil

A economia brasileira atravessa um processo gradual de recomposição da estabilidade macroeconômica, caracterizado por desaceleração da inflação, moderação do ritmo de crescimento e manutenção de um mercado de trabalho ainda resiliente. Esse movimento ocorre em um ambiente internacional marcado por incertezas, relacionadas sobretudo à condução da política monetária nas principais economias — em especial nos Estados Unidos — e ao aumento de tensões geopolíticas, fatores que afetam as condições financeiras globais e exigem maior cautela por parte das economias emergentes.

Gráfico 6 - IBC-BR - Atividade Econômica (a/a) - % mensal - 2022 a 2025



Nota: a/a (ano a ano) é a variação percentual do valor de um indicador em relação ao mesmo período do ano anterior.

Elaboração: Assessoria Técnica/ Área Técnica de Economia (SEFA-PR). Dados: [Banco Central do Brasil](#).

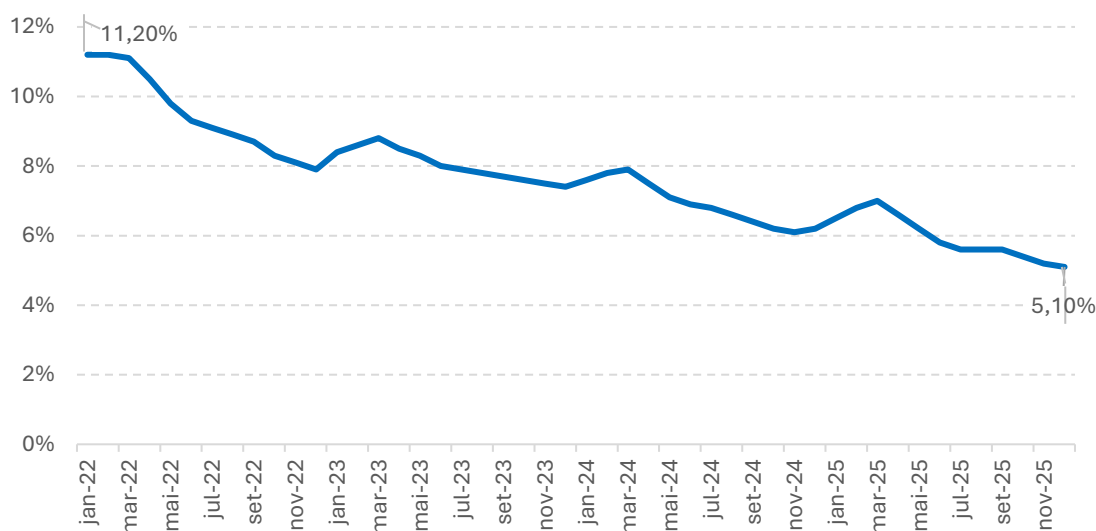
No cenário doméstico, os indicadores de atividade sugerem desaceleração gradual da economia brasileira ao longo de 2025. Conforme evidencia o comportamento do IBC-Br, observam-se taxas interanuais elevadas em diversos meses de 2024, com picos próximos a 7%, seguidas por perda de fôlego em 2025, quando as variações passam a se situar em patamar mais moderado, próximo de 1,25% no dado mais recente. Esse movimento é compatível com os efeitos defasados

da política monetária restritiva implementada nos últimos anos, que impacta principalmente os setores mais dependentes de crédito e sensíveis às condições financeiras. Nesse contexto, as expectativas de mercado apontam crescimento do PIB de 1,8% em 2026, refletindo a transição para um ritmo de expansão mais contido.

Para 2027, projeta-se manutenção do crescimento em ritmo moderado. Segundo o Boletim Focus, a mediana das expectativas aponta expansão do PIB também de 1,8%, indicando um cenário de crescimento limitado por restrições estruturais — como baixa produtividade e investimento insuficiente — e por um ambiente macroeconômico ainda condicionado pelo elevado custo de capital¹.

O mercado de trabalho tem desempenhado papel central na dinâmica recente da economia brasileira. Em 2025, registrou-se desempenho historicamente favorável, com a menor taxa média de desemprego desde 2012 (5,6%), recorde de ocupação e crescimento da renda real. Esse cenário sustentou o consumo das famílias, mas também contribuiu para pressões inflacionárias, especialmente em serviços, dada a elevada demanda em segmentos intensivos em mão de obra.

Gráfico 7 - Taxa de Desocupação - Brasil - % mensal - 2022 a 2025



Nota: É o total de pessoas sem trabalho, mas que procuraram emprego, dividido pelo total de pessoas com 14 anos ou mais de idade com potencial para trabalhar.

Elaboração: Assessoria Técnica/ Área Técnica de Economia (SEFA-PR). Dados: Banco Central do Brasil – BCDATASGS

Esse aquecimento, contudo, passou a perder intensidade a partir do final de 2025, com redução do saldo líquido de empregos formais e desaceleração do ritmo de admissões. Paralelamente, fatores de natureza estrutural — como o envelhecimento populacional, a menor expansão da população em idade ativa e o aumento da escolaridade média dos jovens —

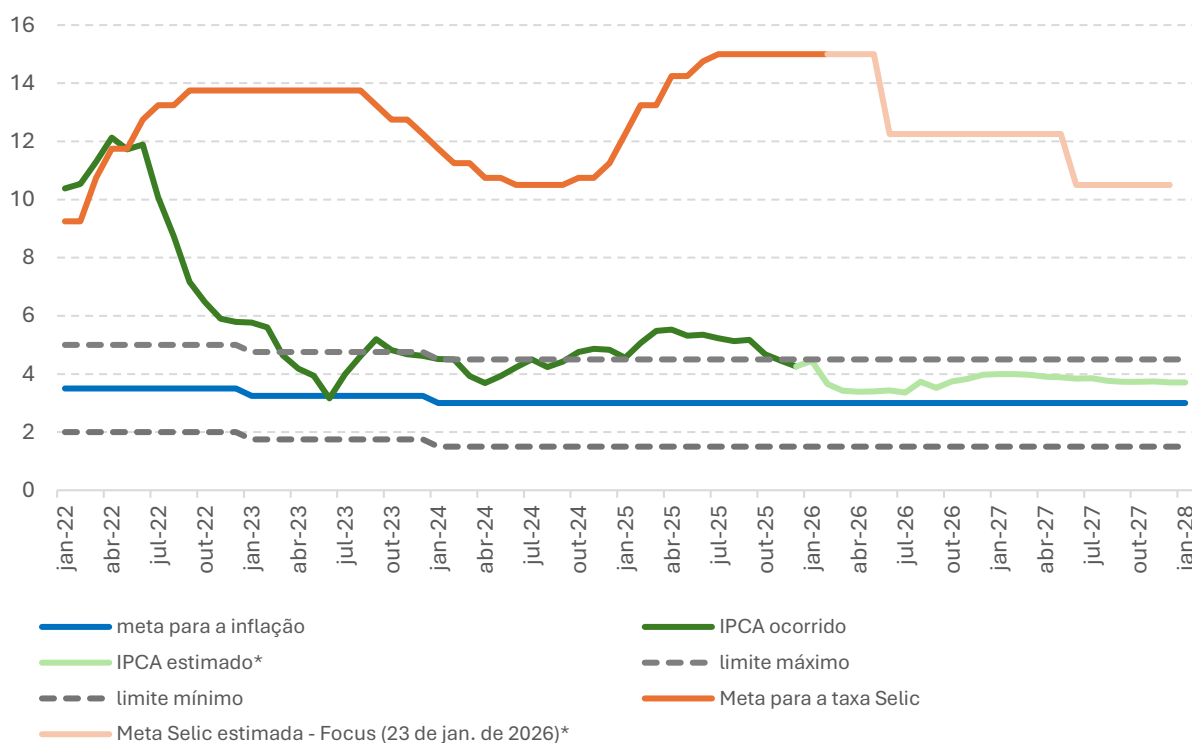
¹ Ao elevar a taxa de juros real, a autoridade monetária encarece o financiamento ao consumo e ao investimento, desestimula a tomada de crédito e induz uma desaceleração do nível de atividade econômica, com impacto sobre o crescimento do PIB.

contribuíram para a redução da taxa de desemprego de equilíbrio (ou “natural”). Estudos sugerem que a taxa observada se encontra próxima desse novo patamar, estimado em torno de 6%, o que indica que, no horizonte de 2027, a acomodação do mercado de trabalho tende a ocorrer de forma gradual, sem implicar, necessariamente, desaceleração expressiva da atividade econômica.

Do ponto de vista inflacionário, os dados mais recentes indicam continuidade do processo de desinflação ao longo de 2025 e 2026, favorecido pela atuação da política monetária, por alguma melhora nas cadeias de suprimentos e por condições mais benignas em determinados preços de commodities. Ainda assim, a inflação de serviços permanece mais resistente, refletindo o dinamismo da demanda doméstica e o comportamento do mercado de trabalho.

Segundo o Boletim Focus, a inflação medida pelo IPCA é projetada em 4,0% em 2026 e 3,8% em 2027, permanecendo acima do centro da meta. Esse resultado indica que, embora haja trajetória de melhora, a convergência ocorre de forma gradual e ainda com desancoragem parcial das expectativas. No caso dos preços administrados, as projeções apontam 3,72% em 2026 e 3,70% em 2027, sugerindo que parte relevante da inflação segue associada a componentes com reajustes regulatórios e mecanismos de indexação.

Gráfico 8 - Selic, IPCA e Meta para a Inflação - Brasil – %



Nota: Meta para a inflação, definida pelo CMN. “Inflação ocorrida” refere-se à variação dos últimos 12 meses do IPCA. Para a meta da Selic estimada, considerou-se a atualização das projeções conforme a mediana do mercado divulgada no Boletim Focus de 23 de janeiro de 2026, adotando-se os valores a partir de junho de 2026 e de junho de 2027. Elaboração: Assessoria Técnica/ Área Técnica de Economia (SEFA-PR). Dados: Banco Central do Brasil e Boletim Focus.

A política monetária segue operando em patamar contracionista. Para 2026, a mediana das expectativas aponta a Selic em 12,25% ao ano, recuando para 10,50% em 2027. Esse perfil indica que o mercado antecipa um processo de flexibilização gradual, mas condicionado à convergência da inflação e à reancoragem das expectativas.

A política fiscal permanece como elemento-chave para a consolidação do cenário macroeconômico. Para 2026, projeta-se resultado primário de -0,53% do PIB, com leve melhora para -0,30% do PIB em 2027, indicando que o setor público consolidado ainda operará com déficit primário.

O resultado nominal permanece elevado, com projeções de -8,60% do PIB em 2026 e -7,90% em 2027, refletindo o peso do serviço da dívida em um ambiente de juros altos². Nesse contexto, a dívida líquida do setor público consolidado (DLSP) é projetada em 70,36% do PIB em 2026 e 73,80% do PIB em 2027, evidenciando trajetória de deterioração moderada, mas com sensibilidade às condições financeiras e à credibilidade do arcabouço fiscal. Esse quadro reforça que a política fiscal influencia não apenas a demanda agregada no curto prazo, mas também a curva de juros, o prêmio de risco e a taxa real de juros da economia no médio prazo, condicionando o espaço para redução da taxa básica (Selic).

No setor externo, o Brasil mantém posição relativamente confortável, sustentada por elevado volume de reservas internacionais e por uma capacidade recorrente de financiamento via investimento direto. Em 2025, o déficit em transações correntes alcançou US\$ 68,8 bilhões (3,02% do PIB), refletindo a redução do superávit comercial (-US\$5,9 bilhões), parcialmente compensada pela melhora na conta de serviços³ e pela estabilidade do déficit em renda primária. Apesar disso, o déficit foi amplamente financiado por investimentos diretos no país, que somaram US\$ 77,7 bilhões no ano, reduzindo a vulnerabilidade externa. Para 2026 e 2027, projeta-se manutenção de déficits em conta corrente em torno de US\$ 65–67 bilhões, novamente compensados por fluxos de investimento direto⁴, o que preserva uma trajetória externa relativamente equilibrada, ainda que sensível às condições financeiras globais.

A taxa de câmbio esperada permanece em torno de R\$ 5,50 por dólar em 2026 e 2027, refletindo um equilíbrio entre fundamentos domésticos e condições externas, em um contexto de diferencial de juros ainda elevado e financiamento externo predominantemente via investimento direto. A dinâmica cambial, contudo, segue sensível à volatilidade dos mercados internacionais. Nos 12 meses encerrados em janeiro de 2026, o Índice de Commodities Brasil (IC-Br) acumulou queda de 9,5% em reais, refletindo retrações relevantes nos componentes de agropecuária (-15,2%)

² Didaticamente, o resultado primário corresponde ao saldo fiscal antes do pagamento de juros e expressa a capacidade do governo de gerar recursos para reduzir a dívida. Quando positivo, contribui para sua diminuição. Já o resultado nominal inclui o resultado primário e as despesas com juros, refletindo o impacto total do setor público sobre o endividamento.

³ O déficit na conta serviços totalizou US\$3,8 bilhões no final de 2025, inferior (- 23,2%) ao déficit de US\$5,0 bilhões registrado em 2024.

⁴ No ano de 2025, o Investimentos Diretos no País (IDP) totalizou US\$77,7 bilhões (3,41% do PIB), ante US\$74,1 bilhões (3,39% do PIB) em 2024, aumento de 4,8%.

e energia (-17,0%), parcialmente compensadas pela expressiva alta dos metais (+22,6%). Esse comportamento evidencia um ambiente externo heterogêneo, marcado por volatilidade e maior exposição a choques de preços internacionais.

Tabela 1 - Índice de Commodities - Brasil (IC-Br) - 28/01/2026 - Variação %

Em R\$					Em US\$			
	Composto	Agropecuária	Metal	Energia	Composto	Agropecuária	Metal	Energia
No mês	4,30	3,53	12,19	-2,61	2,07	1,31	9,76	-4,64
No trimestre	0,87	-4,24	21,75	-0,33	-0,79	-5,81	19,71	-1,92
No ano	-9,49	-15,22	22,59	-17,00	1,17	-5,23	36,96	-7,17
Em 12 meses	-9,49	-15,22	22,59	-17,00	1,17	-5,23	36,96	-7,17

Elaboração: Assessoria Técnica/ Área Técnica de Economia (SEFA-PR). [Dados: Banco Central do Brasil.](#)

A balança comercial brasileira permanece estruturalmente superavitária, tendo registrado resultado de US\$ 68,3 bilhões em 2025, apesar de inferior ao observado em 2024, em razão do crescimento das importações e do arrefecimento dos preços internacionais de commodities. Para 2026 e 2027, projeta-se manutenção do superávit comercial, estimado em US\$ 66 bilhões e US\$ 70 bilhões, respectivamente, sustentado sobretudo pelo agronegócio e pelas exportações de commodities, ainda que condicionado à evolução dos preços internacionais, à demanda global — em especial da China — e às condições financeiras externas.

Para os entes subnacionais, especialmente os estados, esse cenário exige gestão fiscal prudente e planejamento de médio prazo. A moderação do crescimento econômico e a manutenção de juros elevados aumentam a sensibilidade das receitas públicas ao ciclo e impõem cautela na expansão de despesas permanentes. Ao mesmo tempo, oportunidades associadas à reorganização das cadeias globais, à economia verde e à demanda por alimentos e energia podem favorecer estratégias regionais de desenvolvimento. Estados com base produtiva diversificada, como o Paraná, tendem a se beneficiar desse contexto, desde combinando responsabilidade fiscal com estímulos ao investimento produtivo e à produtividade.

Em suma, o cenário econômico brasileiro até 2027 aponta para estabilização gradual, iniciada em 2025, com desinflação em curso, crescimento moderado e condições financeiras ainda restritivas. Para os estados, esse ambiente exige gestão fiscal prudente, planejamento de médio prazo e cautela na expansão de despesas permanentes, diante da maior sensibilidade das receitas ao ciclo e do elevado custo do crédito. Nesse contexto, a priorização de investimentos estratégicos e políticas voltadas ao aumento da produtividade e à atração de capital serão fundamentais para ampliar a resiliência fiscal e sustentar o desenvolvimento regional.

Cenário Paraná

Os desdobramentos do cenário internacional e da conjuntura macroeconômica brasileira apresentam implicações diretas para a dinâmica da economia paranaense. A estrutura produtiva diversificada do Estado, combinada com sua inserção nos mercados externos, torna a economia estadual particularmente resiliente às oscilações dos principais vetores macroeconômicos. Nesse contexto, compreender os canais de transmissão dessas variáveis no Paraná mostra-se essencial para a construção de projeções econômicas realistas e para o desenho de políticas públicas anticíclicas. A economia paranaense é afetada pela conjuntura externa e nacional por meio de três canais principais, que condicionam tanto o desempenho setorial quanto a capacidade fiscal do Estado.

O comércio exterior representa o primeiro e mais imediato vetor de transmissão. O Paraná figura consistentemente entre os principais estados exportadores brasileiros, com pauta diversificada que inclui commodities agropecuárias (complexo da soja e milho, carnes de aves e suína), produtos industriais (veículos, autopeças, máquinas e equipamentos) e madeira processada. Essa inserção externa torna a economia estadual suscetível a choques de demanda nos principais mercados de destino – como a China – e a variações cambiais que afetam a competitividade dos produtos paranaenses. A imposição de barreiras tarifárias, como as medidas protecionistas norte-americanas sobre produtos brasileiros, gera impactos diretos sobre cadeias produtivas inteiras, com repercussões imediatas sobre emprego e renda. O desempenho exportador condiciona ainda o dinamismo dos complexos agroindustriais e dos *clusters* industriais do Estado, setores responsáveis por parcela expressiva da geração de valor agregado paranaense.

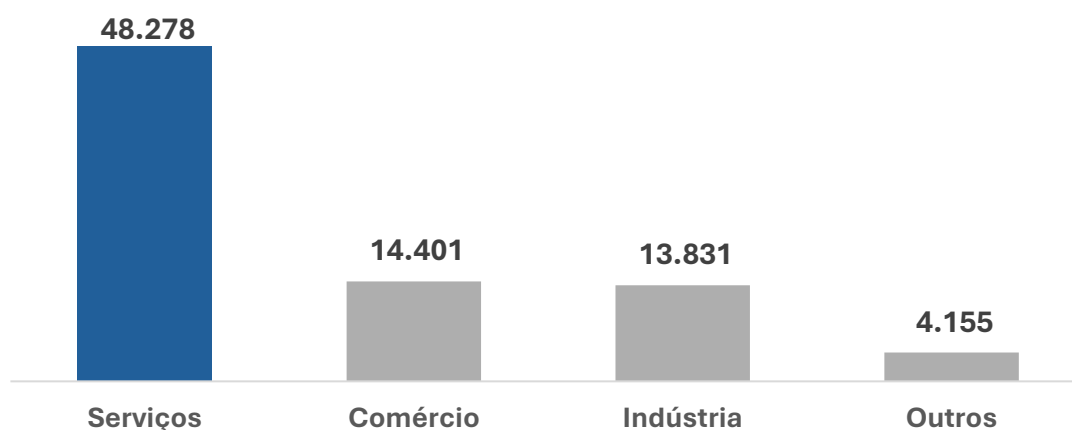
A política monetária brasileira, materializada na taxa Selic, constitui o segundo canal relevante de transmissão. Elevações na taxa básica de juros encarecem o crédito para investimentos produtivos, afetando decisões de expansão industrial e de modernização tecnológica das empresas paranaenses. No agronegócio, setor estratégico para o Estado, a Selic mais elevada encarece o financiamento de custeio e investimento, com potencial impacto sobre a produtividade e a escala de produção das próximas safras. Para as famílias, juros mais altos restringem o acesso ao crédito para consumo, moderando a demanda agregada estadual e, conseqüentemente, a arrecadação de tributos sobre o consumo.

A dinâmica inflacionária nacional representa o terceiro canal de transmissão relevante. Pressões inflacionárias corroem o poder aquisitivo das famílias paranaenses, e afetam padrões de consumo. Setores intensivos em insumos importados ou dependentes de combustíveis e energia enfrentam elevação de custos que podem comprimir margens e reduzir a atividade econômica. A inflação também impõe desafios para a execução orçamentária estadual, pressionando o aumento das despesas enquanto receitas podem não acompanhar o mesmo ritmo, especialmente em contextos de desaceleração da atividade econômica. Essa dinâmica exige monitoramento contínuo das projeções fiscais.

Dado esse contexto, a atividade econômica do Paraná aferida pelo Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR-Pr) registrou crescimento de 3,7% nos 12 meses encerrados em outubro de 2025, acima da média nacional de 2,6% no mesmo período. Esse crescimento recente se deve especialmente à melhora da Safra de grãos⁵ do estado em 2025, que cresceu 24,2% frente a 2024 — safra bastante afetada pela estiagem. Apesar do resultado positivo, o movimento da economia foi de desaceleração frente ao ano anterior, evidenciado no desempenho das demais atividades econômicas, que apresentaram um crescimento modesto no período.

Os serviços cresceram 2,4%⁶ no estado, impulsionado pelos Transportes (+3,6%) e pelos Serviços profissionais e administrativos (+6,0%). O setor foi o maior responsável pela geração de vagas de emprego no Paraná em 2025, com saldo positivo de 48,2 mil novos postos de trabalho. Apesar da variação positiva, o resultado traz uma queda de ímpeto, frente ao crescimento de 5,1% registrados de janeiro a dezembro de 2024.

Gráfico 9 - Saldo de vagas de emprego em 2025 no Paraná, por setor de atividade econômica.



Fonte: MTE.

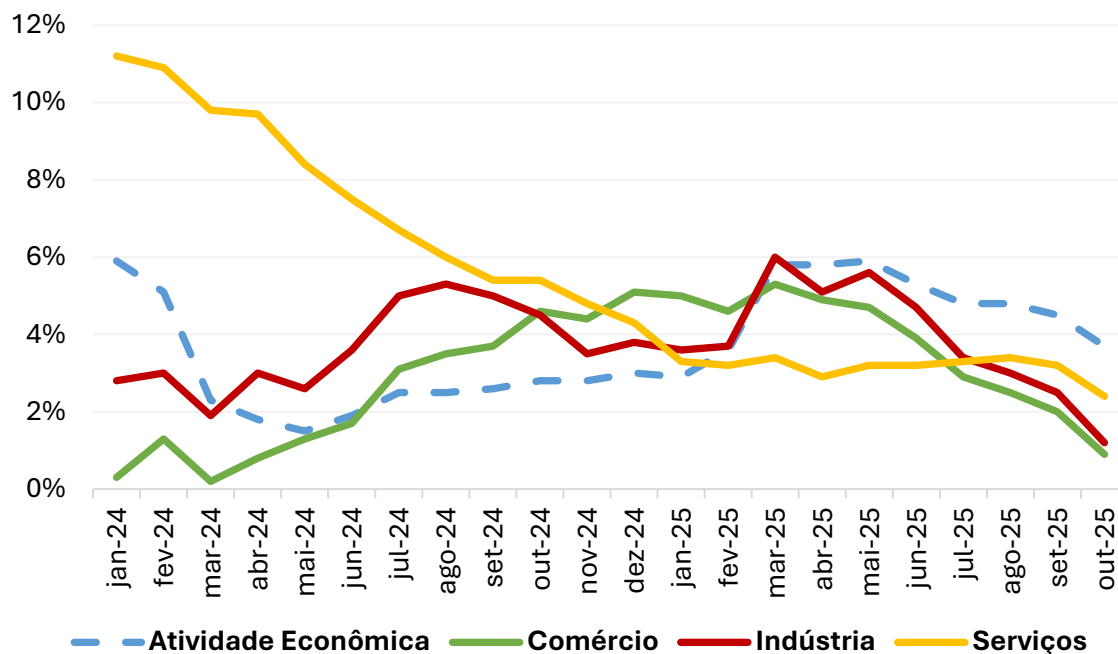
No caso da indústria, o crescimento da produção foi de apenas 1,2%⁶, influenciada positivamente pelos setores da fabricação de produtos químicos (+9,3%) e de máquinas e equipamentos (+8,4%) e negativamente pela fabricação de bebidas (-7,2%) e de produtos de madeira (-7,5%), esse último que foi o principal setor paranaense afetado pela tarifação dos EUA sobre produtos brasileiros e um dos setores socorridos por medidas do Comitê de Crise do governo do estado.

Já o volume de vendas do comércio oscilou positivamente 0,9%⁶, sob as influências positivas dos hipermercados varejistas (+2,8%) e dos eletrodomésticos (+10,4%), e negativas dos mercados atacadistas (-1,3%) e da venda de veículos (-1,2%). Vale observar que a venda de eletrodomésticos foi muito beneficiada pela queda nos preços dessa categoria em todo o país, que acumulou deflação de 6,0% de janeiro a dezembro de 2025.

⁵ Safra de cereais, leguminosas e oleaginosas.

⁶ Nos 12 meses encerrados em outubro de 2025.

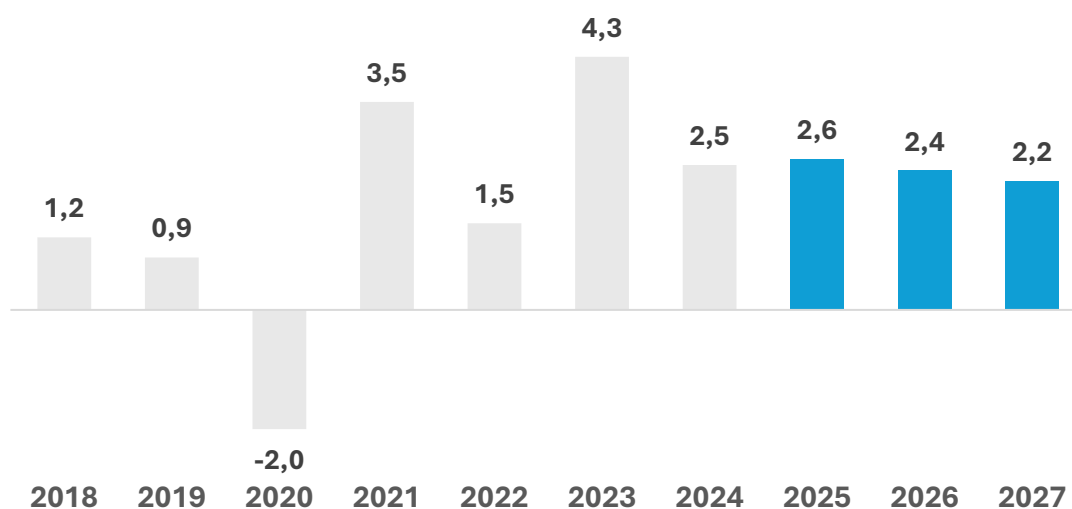
Gráfico 10 - Atividade Econômica do Paraná, variação acumulada em 12 meses, por setor.



Fontes: BCB, IBGE.

Em resumo, a atividade econômica no Paraná em 2025 resistiu especialmente devido ao desempenho da agricultura que, voltando de um ano atipicamente ruim, obteve um crescimento bastante elevado na produção. Porém, os demais setores da economia, principalmente o comércio, tiveram seu ímpeto desacelerado, o que deve seguir para os anos subsequentes, em especial caso se mantenha o patamar elevado da taxa de juros.

Gráfico 11 - Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná. Realizado e Expectativas.



Fonte: IPARDES e Assessoria Técnica/ Área Técnica de Economia.

Em 2026 e 2027, a tendência é de que a desaceleração econômica perdure, ao passo que o Banco Central ainda mantenha o nível da taxa de juros em patamar elevado, apesar da expectativa de queda da Taxa Selic nas próximas reuniões do COPOM. Esse cenário pode ser amenizado pelo alto investimento promovido pelo governo do estado, que vive uma situação fiscal confortável — em oposição a situação fiscal delicada da União — ou por uma reviravolta no ciclo econômico de desaceleração, possivelmente afetado pelo cenário externo conturbado.